



Exmo. Ministro da Educação Renato Janine Ribeiro
c/c Secretário de Educação Básica Manuel Fernando Palacios da Cunha e Melo
c/c Diretor de Currículos Ítalo Modesto Dutra

Considerando que a área de Educação em Ciências vem, há várias décadas, produzindo conhecimento e refletindo sobre questões educacionais relativas aos processos de ensino e aprendizagem, bem como aos processos formativos dos docentes da Educação Básica;

que estas reflexões são geradas e compartilhadas em inúmeros Congressos e Encontros Acadêmicos organizados pelas Associações Científicas desta área de pesquisa e que a comunidade de educadores em Ciências têm participação significativa nos cursos de formação inicial e continuada de professores, em nível de graduação e pós graduação;

que a produção desta Área se orienta por princípios que assegurem a professores e alunos da Educação Básica: (i) a formação humana integral; (ii) uma formação visando uma educação científica de qualidade, para construir um país soberano e desenvolvido científica e tecnologicamente; (iii) o respeito à diversidade cultural, étnica e regional do país; (iv) a igualdade racial, regional e de gênero; (v) a defesa da cidadania e a erradicação de todas as formas de discriminação; (vi) a rejeição ao ensino religioso confessional; (vii) a educação inclusiva; (viii) o acesso irrestrito à educação pública e gratuita de qualidade; (ix) o encorajamento a novas ações pedagógicas para contribuir na formação de crianças e jovens em situação de pobreza e vulnerabilidades sociais e violências; (x) a divulgação de conhecimentos quanto aos problemas ambientais no currículo escolar como forma de promover mudanças atitudinais e garantir a sustentabilidade ambiental; (xi) a participação efetiva dos professores no processo de decisões curriculares, com representatividade expressiva; (xii) um movimento de construção curricular que expresse as múltiplas vozes dos professores, pesquisadores em Educação e educadores desse País.

Propomos que tais princípios sejam norteadores do processo de elaboração da Base Nacional Comum, que foi retomado a partir da instituição de nova comissão pela SEB-MEC, em março de 2015. Como em comissões anteriores, membros das associações científicas as quais representamos estão presentes e atuantes também nesta comissão.

No entanto, solicitamos esclarecimentos sobre o trabalho de comissões anteriores visando compreender possíveis relações entre o processo que está em curso e contribuições feitas anteriormente, considerando:

que membros das associações científicas as quais representamos estiveram presentes e atuantes em diferentes momentos das discussões sobre currículo, pois desde 2012, quando da proposição do documento geral sobre os Elementos Conceituais e Metodológicos para a definição dos Direitos à Aprendizagem e Desenvolvimento, atuamos na discussão sobre

temas curriculares e tópicos de ensino para o ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e Ensino Fundamental. Em junho de 2013, um novo grupo de trabalho é formado a partir de um convite da Diretoria de Currículos e Educação Integral que realiza, em Curitiba, o “Seminário Nacional sobre os Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento na Educação Básica”, que passa a integrar a equipe do MEC. Esse grupo, composto por representantes de todas as áreas de conhecimento, realiza, até 2014, aproximadamente, 20 encontros que resultam em um documento preliminar sobre os Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento na Educação Básica;

que para todas e cada uma destas ações foi utilizado dinheiro público para pagamento de deslocamento e de diárias de professores da Educação Básica e do Ensino Superior na participação de reuniões para debates acerca da produção da Base Nacional Comum;

que não é admissível desconsiderar o esforço de produção desses documentos, expressando as produções acumuladas por pesquisadores e professores que participaram intensamente deste processo.

Assim, as associações que subscrevem este documento requerem esclarecimentos sobre o aproveitamento e utilização dos textos produzidos ao longo de 2012, 2013 e 2014, nos diferentes fóruns mencionados. Solicitam ainda esclarecimentos sobre o processo de elaboração da Base Nacional Comum e a discussão (tempos e formas) com a sociedade que o MEC pretende realizar. Dessa forma, poderemos dimensionar em que medida as discussões feitas anteriormente poderão ou deverão ser incorporadas ao novo documento e elaborar propostas mais pontuais para a Base Nacional Comum.

São Paulo, 13 de julho de 2015.

Associação Brasileira de Ensino de Biologia - SBEnBio
Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências - ABRAPEC
Secretaria para Assuntos de Ensino da Sociedade Brasileira de Física - SBF
Divisão de Ensino da Sociedade Brasileira de Química - SBQ